



GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RDC - CPL/RDC  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SECAD

**PROCESSO Nº 23402.000539/2018-79**

Petrolina-PE, 31 de julho de 2018

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/RDC-ELETRÔNICO**

**ASSUNTO: PARECER REFERENTE À INABILITAÇÃO DE EMPRESA**

1. Considerando o Processo nº **23402.000539/2018-79**, que versa acerca do procedimento licitatório da RDC ELETRÔNICO Nº **004/2018**, que possui como objeto a contratação de empresa para execução da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA DOIS BLOCOS DE LABORATÓRIOS, SENDO UM NO CAMPUS SENHOR DO BONFIM E OUTRO NO CAMPUS SERRA DA CAPIVARA, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)**.
2. Considerando que houve a análise do Credenciamento e abertura da Proposta de Preços da empresa **CONSTRUTORA RW VALENTE ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ: **19.703.858/0001-40**,
3. Considerando que o Parecer Técnico **HABILITOU** a **RW VALENTE ENGENHARIA**;
4. Considerando que a empresa apresentou, tempestivamente, a documentação de **HABILITAÇÃO**;
5. Considerando o Parecer da Equipe Técnica, do dia 30 de julho de 2018, que asseverou:

1. A empresa licitante não apresentou as Certidões de Acervo Técnico ou Atestados referente à qualificação técnico-operacional exigida no item 14.6, alínea "a" do edital, bem como apresentou documento de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CAU, número 450551, com prazo de validade expirado, com validade até 02 de julho de 2018;
2. A empresa licitante apresentou documento de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, número 000641/2017, do profissional André Carvalho Madureira Rainer, Engenheiro Eletricista, com o prazo de validade expirado, ou seja, válido somente até 31 de março de 2017;
3. A empresa licitante apresentou documento de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, número 042446/2018 do profissional Ronald





GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RDC - CPL/RDC  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SECAD

Wagner Almeida Palmela, Engenheiro Civil, com prazo de validade expirado,  
ou seja, válido somente até 30 de junho de 2018.

6. Diante desse Douto Parecer, entendemos que o fato de a empresa não ter cumprido o item 14.6, alínea "a" do edital implica desclassificação, por ser vedada a inclusão de novo documento nos autos do processo.

7. Ademais, o Tribunal de Contas da União (TCU) firma entendimento no sentido de garantir que as diligências, tão famosas no âmbito das Licitações Públicas, tanto em busca do Menor Preço como da Segurança. Ocorre que este poder-dever, que é conferido à Administração Pública, se limita a correção de erros em documentos preexistentes, grosso modo, já juntados a Proposta de Preço, *in verbis*:

**Acórdão 3418/2014** – Plenário: Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993).

8. No presente caso, a RW VALENTE não apresentou as Certidões de Acervo Técnico ou Atestados referente à qualificação técnico-operacional exigida no item 14.6, alínea "a" do edital, que é exigência do certame. Assim, se, por exemplo, fosse a ela conferido o direito a juntar tais documentos esta Comissão estaria violando o que afirma a Lei Geral de Licitações, *in verbis*:

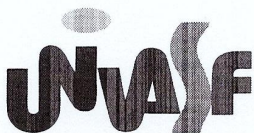
**Lei 8.666/93, art. 43.** A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifos nossos)

9. Nesse sentido, por meio do Acórdão 18/2004 - Plenário (Relatório) há manifestação do próprio TCU no qual se deixa cristalino a vedação a inclusão de novos documentos e firma-se que há permissão para que apenas sejam aclaradas as informações que já constavam na Proposta de Preços. Veja:

"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."





c) em princípio, aceitar documentos apresentados por licitante após a fase de habilitação e apresentação de propostas significa fazer tábula rasa da impessoalidade, da isonomia e da objetividade do julgamento. Há, no entanto, situações em que a jurisprudência entende ser possível a juntada de documentos explicativos e complementares a outros já apresentados:

Assim, o que se proíbe é o acréscimo de documentação que deveria ter sido apresentada em momento oportuno (habilitação ou proposta de preços), não a juntada de novo documento que tenha o objetivo de esclarecer o conteúdo de outro já entregue, por exemplo: existindo dúvida quanto ao conteúdo de um determinado documento, por meio da realização da diligência, poderá ser entregue outro, com o objetivo de esclarecer o conteúdo do primeiro. "(grifos nossos)

10. Imperioso destacar que o Decreto nº 7.581/2014, que regulamenta a Lei nº 12.462/2011, firma que podem haver diligências, leia-se:

Art. 6º As licitações serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial.

§ 1º É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias

§ 2º É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

11. Pois bem. Ocorre que não há a mesma limitação que na Lei nº 8.666/93, qual seja, vedação expressa a inserção de novos documentos; contudo é pacífico no Direito brasileiro que tal primazia mantém tanto pelo caráter de subsidiariedade que a Lei 8.666/93 possui diante da Lei do RDC, quanto pela garantia dos Princípios Constitucionais, bem como, pela própria redação do art. 7º, do Decreto nº 7.581/2011: "desde que não seja alterada a substância da proposta".

12. No que toca aos Princípios Constitucionais, temos que as disposições legais do RDC tem de ser analisadas com base na Ponderação, Harmonização, Vinculação ao Instrumento Convocatório - segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). Logo, a documentação citada deveria constar originalmente na Proposta de Preços o que implica a conclusão de desclassificação.

13. Imperioso destacar que no Direito Pátrio o edital tem força de lei não podendo ser afastado. Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina:

"Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade





entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou." (Direito Administrativo, p. 381).

14. Tal vinculação, que limita a atuação do gestor público, isto é, a regra editalícia não apenas descreve as regras do certame como também limita a atuação desta Comissão. Assim, é conceituado o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que aduz que as regras do certame devem ser cumpridas em seus exatos termos com a finalidade de que reste preservado o próprio certame, e diversos outros princípios a ela atinentes.

15. Nesse diapasão, as Orientações e Jurisprudências do Tribunal de Contas da União acerca do tema aqui debatido são bastante claras no que se refere à necessidade de Vinculação ao Instrumento Convocatório:

**Acórdão 932/2008 Plenário:** Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

**Acórdão 2387/2007 Plenário:** Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas.

**Acórdão 1705/2003 Plenário:** Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório.

**Acórdão 392/2002 Plenário:** Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

16. Cabe ressaltar, também, que ainda que os normativos *stricto sensu* do RDC tenham trazidos para o ordenamento jurídico inúmeras inovações visando a simplificar os procedimentos, ampliar a eficiência nas contratações e a competitividade entre os licitantes, o novo diploma não afastou a incidência da Lei nº 8.666/93. Assim, corrobora João Negrini Neto:

" Por fim, embora a lei do RDC silencie a respeito da impossibilidade de inclusão de documentos que deveriam constar originalmente da proposta para fins de correção dessas mesmas impropriedades, as regras vislumbradas nos parágrafos 3º e 5º do art. 43 da Lei nº 8.666/93 soam perfeitamente aplicáveis às licitações processadas pelo Regime Diferenciado: (...)

Também a correção de falhas grotescas que impliquem a juntada de novos documentos ou informações que deveriam constar originalmente das Propostas não pode ser aceita por imperativo de isonomia.

As falhas meramente formais não poderão conduzir à desclassificação dos licitantes. A Comissão de Licitação deverá sempre prover diligências no sentido do aproveitamento da Proposta eivada de vícios e incorreções, ficando vedada a inclusão de documentos que deveriam instruir a Proposta desde o início. Isso tudo visa ao bem da competitividade do certame e do interesse público." (Hipóteses de desclassificação das propostas e critérios de desempate no Regime Diferenciado de Contratações públicas. In: CAMMAROSANO, Márcio; DAL POZZO, Augusto Nevez; VALIM, Rafael (Coord.) Regime Diferenciado de





GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RDC - CPL/RDC  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SECAD

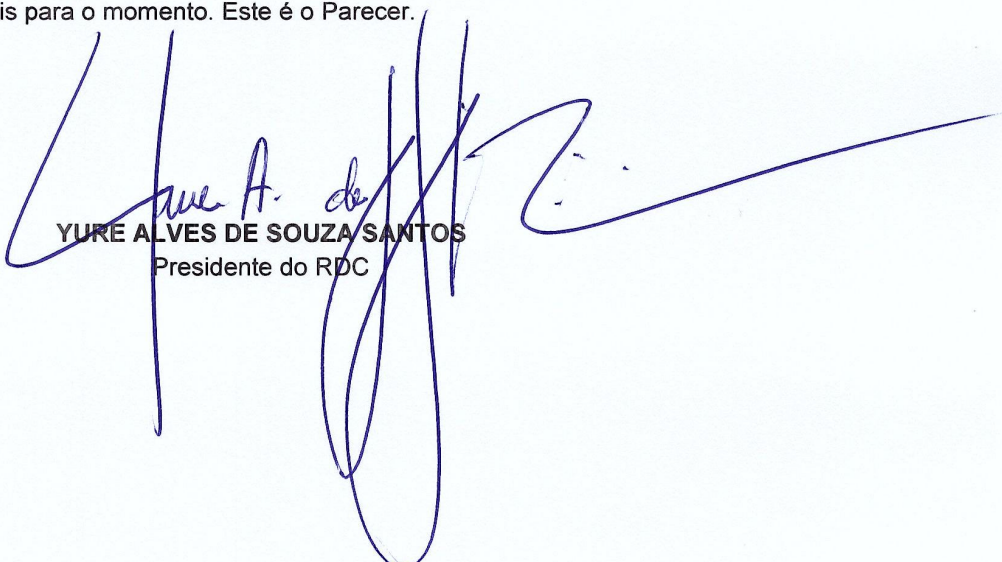
Contratações Públicas - RDC (Lei nº 12.462/11. Decreto nº7.581/11):  
aspectos fundamentais. 2ª ed., ver., amp. e atual. Belo Horizonte : Fórum,  
2012, p. 109-123.)

17. Sendo assim, percebe-se que para que não haja prejuízos à Aplicação do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e nem gere tratamento desigual entre as licitantes esta CPL-RDC manifesta-se no sentido de aderir ao entendimento aqui elencado, no qual se afirma que não se pode inserir novos documentos nas Propostas de Preços, isto porque apesar de a Lei do RDC não repetir a vedação da parte final do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, tal legislação não confere às Comissões poderes amplos e irrestritos para que novos documentos sejam juntados.

18. Diante de todo o exposto, e visando a garantir que os Princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório não sejam violados a empresa **RW VALENTE**, CNPJ **19.703.858/0001-40**, está **DECLASSIFICADA** do presente certame.

19. Sem mais para o momento. Este é o Parecer.

Atenciosamente,



**YURE ALVES DE SOUZA SANTOS**  
Presidente do RDC





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**GABINETE DA REITORIA**  
**ASSESSORIA DE INFRAESTRUTURA**

Avenida José de Sá Maniçoba, s/nº – Centro – Petrolina / PE – CEP: 56.304-205  
Telefone: (87) 2101-6803 – e-mail: [infra@univasf.edu.br](mailto:infra@univasf.edu.br)

**PROCESSO Nº 23402.000539/2018-79**

À Comissão Permanente de Licitação/RDC  
Yure Alves de Souza Santos  
Presidente da CPL/RDC/UNIVASF

**Assunto: Parecer técnico referente análise da documentação de habilitação da empresa licitante RW VALENTE ENGENHARIA LTDA – EPP, CNPJ Nº 19.703.858/0001-40 do edital de RDC ELETÔNICO Nº 04/2018-CPL-RDC/UNIVASF.**

Senhor Presidente,

Após análise da proposta de menor preço do edital de REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICO – RDC Nº 04/2018-CPL/UNIVASF, que tem como objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA DOIS BLOCOS DE LABORATÓRIOS, SENDO UM NO CAMPUS SENHOR DO BONFIM E OUTRO NO CAMPUS SERRA DA CAPIVARA, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)**, esta equipe técnica de apoio à CPL constatou que,

**CONSIDERANDO** que:

1. A empresa licitante não apresentou as Certidões de Aferição Técnica ou Atestados referentes à qualificação técnico-operacional exigida no **item 14.6, alínea “a” do edital**, bem como apresentou documento de **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CAU, número 450551**, com prazo de validade expirado, com validade até 02 de julho de 2018.
2. A empresa licitante apresentou documento de **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, número 000641/2017**, do profissional André Carvalho Madureira Rainer, Engenheiro Eletricista, como prazo de validade expirado, ou seja, válido somente até 31 de março de 2017;
3. A empresa licitante apresentou documento de **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, número 042446/18**, do profissional Ronald Wagner Almeida

Hugo Damiano Barbosa Torres  
Engenheiro Civil  
UNIVASF - SIAPE 1215323

Cícero Taumaturgo L. Dum  
Engenheiro Civil – Univasf  
SIAPE: 2066436





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
GABINETE DA REITORIA**

**ASSESSORIA DE INFRAESTRUTURA – INFRA**

Avenida José de Sá Maniçoba, s/nº – Centro – Petrolina / PE – CEP: 56.304-205  
Telefone: (87) 2101-6803 – e-mail: [infra@univasf.edu.br](mailto:infra@univasf.edu.br)


Palmela, Engenheiro Civil, com prazo de validade expirado, ou seja, válido somente até 30 de junho de 2018.

**RESOLVE**

1. Sugerir que a comissão de licitação prossiga com as devidas medidas ou encaminhamentos necessários para com esta licitante.

Petrolina/PE, 30 de julho de 2018

  
**Hugo Damião Barbosa Torres**  
Engenheiro Civil  
SIAPE1215323

  
**Cícero Taumaturgo Leônidas Dum**  
Engenheiro Civil  
SIAPE 20166436